

Clipping Farmacêutico

17 de Junho de 2016.

Índice

- Defensoria Pública no Rio quer anular teste da 'pílula do câncer'
- Anvisa suspende lotes de antisséptico e anti-inflamatório
- Anvisa cria guia para prescrição de fitoterápicos
- Crise amplia venda de medicamento online
- Estado fecha farmácias que distribuía remédio gratuito
- STF avalia pagamento de ISS por operadoras de plano de saúde
- Extrafarma negocia a compra da Big Ben
- A Pfizer vai vender o Teuto

Notícias

Defensoria Pública no Rio quer anular teste da 'pílula do câncer'

Primeiros resultados mostraram ineficácia no combate a tumores; para defensor público, pesquisas têm falhas e erro metodológico



Ministério diz que pesquisa continua

A Defensoria Pública da União no Rio vai entrar com ação civil pública contra o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) pedindo a anulação dos testes feitos com a fosfoetanolamina sintética, conhecida como "pílula do câncer". Segundo o defensor público Daniel Macedo, as pesquisas têm falhas e erros metodológicos.

Os primeiros testes feitos com o apoio do ministério apontaram que a substância não tem eficácia no combate às células tumorais. Relatório divulgado pelo MCTI em março com resultados das pesquisas in vitro mostraram que a substância não era pura e não conseguia destruir as células cancerígenas. No final de maio, o órgão apresentou os resultados dos primeiros testes em cobaias, nos quais a pílula foi testada em camundongos e ratos com dois tipos de câncer: carcinossarcoma 256 de Walker e sarcoma 180. Mais uma vez, a fosfoetanolamina sintética não foi capaz de combater o tumor.

Para o defensor público e os pesquisadores criadores da substância, os resultados podem ter sido prejudicados por falhas na condução dos testes.

“Uma irregularidade que destacamos é que o grupo de trabalho (do MCTI) foi criado para estudar a fosfoetanolamina sintética do professor Gilberto Chierice (*pesquisador aposentado do Instituto de Química da USP São Carlos*). E o que foi estudado lateralmente não foi a fosfoetanolamina sintética, estudaram a fosfoetanolamina da Unicamp. Ou seja, os pesquisadores da Unicamp refizeram o processo de síntese da fosfoetanolamina, olhando a patente que está no Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual)”, argumentou Macedo ao Estado durante seminário sobre a substância feito pelo Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, neste sábado, 11. Para ele, o uso da cápsula sintetizada pela Unicamp pode ter alterado os resultados.

Ausência. O defensor público criticou ainda o fato de os pesquisadores do grupo de Chierice não participarem dos estudos financiados pelo ministério. “Eles foram chamados para a primeira e segunda reuniões para debater como seria o estudo e depois não foram mais. Eu não posso ignorar a opinião de três químicos, um biomédico, um oncologista e um biólogo que, há 25 anos, estudam fosfoetanolamina. A opinião de como faz a solubilidade (*da substância*), como é o processo terapêutico. Isso não pode ser ignorado. É um erro gravíssimo.”

A assessoria de imprensa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação informou, por meio de nota, que as pesquisas com a fosfoetanolamina prosseguem e que vai aguardar comunicação oficial sobre a ação civil pública para “tomar conhecimento do teor antes de qualquer manifestação”.

Fonte: Estadão

[Voltar](#)

Anvisa suspende lotes de antisséptico e anti-inflamatório

Após um desvio de qualidade, a Anvisa determinou a suspensão do lote R1503603 do Digliconato de Clorexidina 2%, 100ml, marca Riohex 2% com tensoativo, da empresa Indústria Farmacêutica Rioquímica Ltda. A solução é indicada como antisséptico tópico de uso pré-operatório e apresentou uma alteração na cor do produto.

Uma reprovação no teste de aparência também motivou a suspensão do lote 15060517 do anti-inflamatório Ariscorten® (succinato sódico de hidrocortisona) 100 mg, com validade até maio de 201, da empresa Blau Farmaceutica S/A.

Ao notar os desvios, as empresas enviaram comunicado de recolhimento voluntário e a Agência determinou a suspensão dos medicamentos citados. Diante disso, as fabricantes devem promover o recolhimento do estoque no mercado.

Confira a Resolução 1.546, publicada nesta segunda-feira (13/6) no Diário Oficial da União (DOU).

Fonte: O Globo

[Voltar](#)

Anvisa cria guia para prescrição de fitoterápicos

Calêndula, cáscara-sagrada, erva-de-são-joão, valeriana. Fitoterápicos feitos a partir dessas plantas medicinais devem ter um guia específico para indicação e uso no país.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou nesta terça (14) uma resolução que prevê a criação de um documento para orientar a prescrição e o uso de fitoterápicos no Brasil.

O guia, chamado de “Memento Fitoterápico”, terá dados sobre o uso terapêutico e características das plantas medicinais, que parte é aproveitada, nomes, contraindicações, efeitos adversos, formas de apresentação —em comprimido ou creme, por exemplo— e posologia.

Inicialmente, o compilado abrange dados de 28 espécies, mas a ideia é expandi-lo nos próximos meses, segundo a agência. Desse grupo, 17 estão na lista de plantas medicinais de interesse do SUS.

Segundo o diretor Ivo Bucaresky, relator da proposta, é o primeiro documento oficial com informações unificadas sobre fitoterápicos no Brasil. Até então, diz, a prescrição de doses e uso dependia apenas dos médicos.

“As pessoas acham que fitoterápico não tem risco, mas há efeitos adversos e restrições”, explica Bucaresky.

O documento também cita possíveis efeitos de interações com outros medicamentos.

Uma versão inicial do regulamento foi elaborada pela Universidade Federal do Amapá e pela Anvisa, em parceria com o Comitê Técnico de Apoio à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, e passou por consulta pública no fim de 2015.

“É uma mistura de uma farmacopeia [que traz requisitos e informações para produção de medicamentos] com a ideia de um bulário, que serve para pacientes e médicos saberem o

que tomar, para quê, e como”, diz o diretor.

Para ele, o documento deve facilitar o uso de fitoterápicos pelo SUS. Desde 2006, plantas medicinais e fitoterápicos também fazem parte do conjunto de opções terapêuticas na rede pública. O documento apresenta um resumo dos principais estudos farmacológicos disponíveis sobre as 28 plantas citadas.

Para a Maria Angélica Fiut, presidente da Associação Brasileira de Fitoterapia, o momento deve ser ajudar no trabalho dos profissionais que utilizam a fitoterapia por ser o primeiro documento padronizado do país.

“Até então, não tínhamos um guia tão unificado, e cada profissional e farmácia tinha o seu”, diz ela, para quem o número de monografias de plantas medicinais no documento ainda “é muito pequeno”. “Só no SUS, temos 71 espécies listadas como de interesse”, compara. Dados do banco IMSHealth mostram que, em 2014, foram vendidos 56 milhões de unidades de fitoterápicos no país, com faturamento de R\$ 1,1 bilhão —cerca de 2% do mercado de medicamentos no Brasil. O “Memento Fitoterápico” será publicado no site da Anvisa após divulgação da aprovação no Diário Oficial da União.

Fonte: Folha de SP

[Voltar](#)

Crise amplia venda de medicamento online

O aperto no orçamento está levando cada vez mais os consumidores a comprarem medicamentos em lojas online. No ano passado, o comércio eletrônico respondeu por 6% das vendas totais de remédios que somaram R\$ 70 bilhões. Em 2014, essa fatia tinha sido de 4% de uma receita global de R\$ 42 bilhões. Para este ano, a expectativa é que as vendas de medicamentos representem 10% da receita total do setor, que deve faturar R\$ 81 bilhões. Os dados das vendas online de medicamentos fazem parte de estudo da Multi Farmas, que monitora os preços do comércio online de remédios. “De 2014 para 2015 houve um aumento de 62% no número de pedidos de compra pela internet. Em anos anteriores essa taxa de crescimento era bem menor”, afirma o sócio-diretor da Multi Farmas, David Almeida. Ele explica que, com a crise houve uma migração das compras de medicamentos das lojas físicas para as lojas virtuais. De acordo com Almeida, os preços dos remédios vendidos em lojas virtuais chegam a custar 30% menos do que em lojas físicas. “A maior parte da migração (70%) ocorre por causa de preço menor e o restante por comodidade.” Além da

migração das lojas físicas para o comércio eletrônico, ele explica que a maior procura por produtos mais em conta está ampliando a concorrência entre as farmácias virtuais, que também estão cortando preços.

Nacionais. A pesquisa mostra que mais da metade (55%) das ofertas de medicamentos feitas nas lojas online são de produtos nacionais. O sócio-diretor da empresa explica isso ocorre porque a indústria nacional tem um número maior de apresentações de um mesmo produto. Hoje é possível comprar pela internet não apenas medicamentos sem prescrição médica. É que existem lojas online com ferramentas que possibilitam fazer upload da receita médica. Ficam de fora das vendas online os medicamentos controlados, pois eles exigem a retenção de receita médica.

Entre as cidades com maior número de compras online de medicamentos, a pesquisa aponta São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Curitiba. Em 12 meses até maio, as campeãs de vendas de remédios pela internet foram, pela ordem de importância, foram as drogarias Ultrafarma, DrogaRaia.com, Onofre em casa, Drogasil e Netfarma. Almeida explica que todas as grandes redes varejistas estão no comércio online e é crescente a o número de pequenas drogarias interessadas em vender seus produtos por meio da rede mundial de computadores.

Fonte: Estadão

[Voltar](#)

Estado fecha farmácias que distribuía remédio gratuito

A gestão Geraldo Alckmin (PSDB) fechou duas farmácias da Rede Dose Certa, programa de distribuição de remédios gratuitos do governo do Estado.

Foram fechadas as unidades da estação de metrô Ana Rosa (zona sul) e a próxima ao Hospital Geral Santa Marcelina, no Itaim Paulista (zona leste). O programa entrou em funcionamento em 2004, e tinha 14 postos. Hoje são 12.

Os postos fechados foram visitados pela reportagem ontem, que encontrou diversas pessoas buscando remédios nas farmácias.

Na zona leste, no início da tarde de ontem, em menos de 15 minutos, três pessoas chegaram à farmácia próxima ao Hospital Santa Marcelina.

A dona de casa Marina Francisco, 48 anos, foi buscar remédio para a tireoide.

"Não sabia que a farmácia tinha fechado", diz.

Resposta

A Secretaria de Estado da Saúde, da gestão Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou que o atendimento das farmácias da estação de metrô Ana Rosa e no Hospital Geral Santa Marcelina foi redirecionado para outras unidades em função da baixa demanda nesses locais.

"Ambas realizavam menos da metade do que uma unidade mais ativa, como a da estação Clínicas, e cerca de um terço em comparação à da estação Sé", diz a nota.

"Trata-se de um serviço extra, mantido voluntariamente pelo governo do Estado para facilitar o acesso aos medicamentos do Dose Certa, uma vez que a assistência farmacêutica básica compete ao município e tais medicamentos também estão disponíveis na rede básica de saúde", diz a secretaria.

Fonte: Agora São Paulo

[Voltar](#)

STF avalia pagamento de ISS por operadoras de plano de saúde

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, em repercussão geral, a possibilidade de incidência do Imposto sobre Serviços (ISS) na atividade de administração de planos de saúde. Relator do caso, o ministro Luiz Lux foi o único a proferir voto na sessão de ontem. Ele negou o recurso do contribuinte.

O pano de fundo da discussão é se a atividade exercida pelas operadoras de planos se limita ao mero repasse de recursos a médicos e laboratórios, por exemplo, ou se deve ser considerada como prestação de serviço. O caso analisado é de um hospital de Marechal Cândido Rondon (PR).

Representante do hospital no caso, o advogado Guilherme Follador sustentou que não poderia ser considerado serviço o fato de a empresa apenas efetuar a cobertura dos gastos dos beneficiários. Ele citou ainda que a prestação para fins de incidência do ISS está ligada à distinção entre obrigações de dar e de fazer, sendo que somente à última caberia o imposto municipal.

"A obrigação de dar consiste em arcar os custos com assistência saúde dos usuários se e quando necessário. E quem diz isso é a própria Lei nº 9.656, de 1998, ao definir o objeto do contrato do plano de saúde como aquele destinado a prover a cobertura de custos assistenciais", afirmou o advogado.

No Supremo, a questão é discutida com base no artigo 156 da Constituição, que trata da competência dos municípios na cobrança de impostos. O ministro Luiz Fux afirmou, em seu voto, que a Lei Complementar nº 116, de 2003, consolidou a jurisprudência nos tribunais. "Existe a previsão de incidência do imposto tanto aos profissionais de medicina quanto à atividade e o fornecimento de plano de saúde e assistência médica hospitalar", disse.

O ministro sugeriu que, na repercussão geral, seja fixada a seguinte tese: "as operadoras de plano de saúde realizam prestação de serviço que gera ISS previsto no artigo 156 da Constituição Federal".

A análise do recurso foi interrompida por pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello. Ele avaliou ser necessário entender melhor a matéria porque "existe uma lei federal que define a atividade da recorrente como uma atividade ligada a seguro".

O julgamento no STF é a última chance das operadoras. O recurso do hospital paranaense tem repercussão geral reconhecida, o que significa que o entendimento final dos ministros servirá de parâmetro para processos que tratam do tema.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ) foram várias as derrotas. As duas turmas especializadas em direito público entendem que os planos de saúde devem ser tributados pelos municípios. Os ministros já firmaram entendimento até sobre a base de cálculo do imposto. Esta questão não será avaliada no recurso em análise pelo STF.

Segundo decisões do STJ, o imposto deve ser recolhido sobre "a taxa de administração" recebida diferença entre o valor pago pelos consumidores e o que é repassado aos prestadores de serviços.

Fonte: Valor

[Voltar](#)

Extrafarma negocia a compra da Big Ben

A Extrafarma, do grupo Ultra, assinou um acordo de exclusividade para negociar a aquisição da rede Big Ben, controlada pela Brasil Pharma. Se a negociação for concluída, a Extrafarma passará de uma cadeia de 261 lojas para quase 520 unidades e o faturamento saltará de R\$ 1,4 bilhão para quase R\$ 3 bilhões.

O negócio não foi fechado ainda pois há divergências em relação a preço, segundo uma fonte a par das conversas. O direito de compra, válido por 90 dias, se aproxima do prazo final

neste mês. Mas pode haver prorrogação por mais 90 dias, segundo antecipou ontem o Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor.

As conversas envolvem também a operação da antiga rede Guararapes, com lojas em Pernambuco, e que passou a integrar os negócios da Big Ben.

A varejista paraense Big Ben é considerada o melhor ativo da BR Pharma. Com R\$ 1,5 bilhão em receita bruta anual, é responsável por cerca de 40% das vendas grupo. O banco BTG Pactual, que controla a BR Pharma, entende que não faz sentido se desfazer da Big Ben nas mesmas condições que envolveram a cadeia Mais Econômica, vendida para o fundo de investimento Verti Capital, em novembro do ano passado, por R\$ 44 milhões.

Na época, havia interesse do BTG em se desfazer da Mais Econômica, que estava em má situação financeira e puxava para baixo quase todos os principais indicadores da BR Pharma. Já a Big Ben é a maior rede de farmácias do Norte do país, e até ser vendida para a BR Pharma, era rentável e lucrativa, segundo fonte ouvida.

A Big Ben é uma operação independente da BR Pharma, e apesar de ter sido comprada em 2011, continuou separada das outras redes - Sant'Ana, Farmais e Rosário. Portanto, não sofreu ajustes em custos e despesas e não traz hoje grandes ganhos de sinergia para a BR Pharma. Desde janeiro, a empresa deixou de ser presidida por seu fundador, Raul Aguilera, e em seu lugar está Orlando Silva. Com 257 lojas, a Big Ben foi adquirida em 2011 por R\$ 453 milhões.

Segundo fontes do setor, o fato de permanecer separada dos outros ativos explicaria o interesse da BR Pharma em vender o negócio quando uma boa proposta aparecesse. O grupo chegou a informar o mercado, meses atrás, que havia sido procurado de forma "preliminar" por terceiros interessados na participação de algumas de suas cadeias.

Procurada ontem, a BR Pharma preferiu não comentar o assunto. O grupo Ultra informou que "analisa continuamente oportunidades em todas as suas áreas de atuação".

O interesse do Ultra tem relação com planos de expansão da operação de postos de combustíveis Ipiranga no Nordeste, apurou o Valor. As farmácias da Big Ben ajudariam a complementar o serviço oferecido dentro dos postos. Mas como ter apenas drogarias nos postos sem uma operação mais estruturada no varejo local não faria sentido em termos de escala, existe a necessidade de ter uma operação com uma marca regional.

A Extrafarma tem lojas em quatro postos Ipiranga no país. Em abril, a empresa inaugurou uma loja da rede de farmácias numa revenda da Ultragaz em Fortaleza. A Extrafarma tinha em março 261 lojas próprias, 35 a mais do que um ano antes.

A receita bruta foi de R\$ 1,4 bilhão em 2015.

No domingo, a Ipiranga anunciou a compra da rede de postos Ale por R\$ 2,17 bilhões. A Ale, com sede em Natal, tem forte presença no Nordeste, onde a Big Ben é uma das líderes de mercado.

A BR Pharma tem tido dificuldade em obter propostas de compra de suas redes que satisfaçam o controlador, em parte porque não há muitas varejistas interessadas nos negócios - Raia Drogasil, Drogarias São Paulo e Pacheco, Onofre e Pague Menos já disseram não ter interesse nas cadeias do grupo. E, segundo uma fonte, os fundos de private equity sondados não fizeram propostas formais de aquisição dos negócios até o momento.

O fundador da Big Ben, Raul Aguilera, que em janeiro recebeu da BR Pharma a sua última parcela da venda da rede, não tem interesse em recomprar o negócio, apurou o Valor.

Fonte: Valor

[Voltar](#)

A Pfizer vai vender o Teuto

O laboratório Teuto, um dos maiores fabricantes de genéricos do país, será colocado à venda. Os atuais sócios são a farmacêutica americana Pfizer e a família Melo (fundadora do Teuto), e o processo de venda será coordenado por dois bancos. O Goldman Sachs vai assessorar a Pfizer; o BTG Pactual, os Melo. Em 2010, os americanos compraram 40% do Teuto por 400 milhões de reais e tinham o direito de comprar o restante até 2017, mas decidiram que o melhor negócio é mesmo vender. Seis anos atrás, o Teuto foi avaliado em 1 bilhão de reais. Após um período de expansão acelerada, a estimativa dos vendedores é que valha muito mais. Pfizer e Teuto não comentam.

Fonte: Exame

[Voltar](#)